

Brasil

O impacto da crise mundial no Brasil

Antonio Carlos Soler

A economia mundial foi acometida por uma profunda contração, sem dúvida, depois da crise de 29, a mais importante da história. Esta crise colocou e, ainda, coloca desafios políticos tremendos para os trabalhadores, particularmente para as suas organizações políticas e sindicais. Mesmo em um país como o Brasil, onde a crise não se deu de forma tão aguda, estão se manifestando terríveis conseqüências para os trabalhadores através do desemprego, do aumento da miséria e da exploração de uma maneira geral. Ou seja, tornam-se mais agudas as contradições do capitalismo, que recoloca de maneira cada vez mais dramática a necessidade de superar revolucionariamente o sistema capitalista.

As políticas de transferência da crise econômica capitalista para os trabalhadores em nível mundial têm colocado enormes desafios e provocado fenômenos políticos, como o Golpe de Estado em Honduras, com repercussões decisivas para a correlação de forças entre as classes sociais na América Latina e no Brasil. Apesar das mediações vividas no Brasil e em outros países, onde a crise não significou uma quebra geral da economia, graças ao aprofundamento da exploração sobre os trabalhadores sob várias formas, há uma retomada importante da atividade sindical e política dos trabalhadores. Essa maior atividade vem também testando estratégias e organizações.

Ainda que não tenha apresentado desdobramentos com a dramaticidade encontrada em outros países -devido à forte intervenção do Estado e a transferência dos seus efeitos aos trabalhadores- no Brasil a crise, desde seu início, tem possibilitado uma série de eventos políticos no interior da luta de classes que estão colocam em prova concepções, estratégias, políticas e táticas, não apenas

dos que dirigem tradicionalmente os trabalhadores, como o PT e a CUT, mas, também, para os setores (Coordenação Nacional de Lutas - Conlutas e a Intersindical) que pleiteiam disputar a direção do movimento dos trabalhadores no Brasil.

Por considerar este aspecto da realidade fundamental para a construção de uma alternativa capaz de colocar uma saída estrategicamente distinta ao capitalismo, vamos focar neste texto sobre como a crise econômica no mundo e no Brasil -e seu desdobramento específico- colocou/coloca desafios e como estes foram encarados principalmente pela Conlutas e pela sua direção. Além disso, procuramos apontar os principais desafios políticos deste ano e como construir uma unidade e resistência reais dos trabalhadores frente aos ataques patronais que não cessarão. Parte das tarefas estratégicas que, apesar das contradições, se abrem no próximo período é a construção de uma alternativa política revolucionária que supere a histórica dispersão entre os trabalhadores.

1. A crise no Brasil

Só podemos entender a manifestação da crise no Brasil levando-se em conta tendências contraditórias e complementares colocados à baila na situação econômica atual. A dinâmica político-econômica permitiu que a crise se manifestasse no território brasileiro de maneira distinta a dos países centrais, não que não houve uma forte desaceleração da economia que se caracterizou como uma forte recessão. A crise econômica, já anunciada em fevereiro de 2007, que teve a sua primeira expressão na crise das hipotecas estadunidenses, com grave desdobramento a partir de setembro de 2008, foi inicialmente tratada pelo governo brasileiro como um problema externo ao Brasil e que não afetaria o crescimento do PIB interno, uma vez que nas palavras do governo “a economia brasileira estaria blindada”, ou seja, que passaríamos à margem da crise. Quando a mesma teve o seu repique decisivo, com a quebra dos principais bancos dos EUA, o discurso oficial e de muitos analistas ligados aos interesses do capital era de que a economia estaria, devido aos seus fundamentos macroeconômicos, de alguma forma “protegida” diante dos grandes abalos que já se sentiam nos EUA e na Europa.

Os indicadores demonstraram em todos os terrenos uma queda da atividade econômica que só não foi mais severa pela massiva intervenção estatal. A diminuição brutal das linhas de créditos foi, por um lado, contrabalançada pelos gastos públicos (em torno de R\$ 300 bilhões) e, por outro, por medidas não propriamente econômicas. Ou seja, pela redução de postos de trabalho e de salário, esta mais volumosa do que a estadunidense, e pelo ataque brutal às condições de vida dos trabalhadores (desemprego, redução salarial etc.).

Apesar de não ter ocorrido uma queda vertiginosa dos seus principais indicadores econômicos -devido a inércia econômica do último período- o fato é

que o país apresentou uma séria desaceleração. O monumental esforço governamental¹ para injetar dinheiro público no mercado para financiar o grande capital e manter intacta a lucratividade não evitou que a recessão afetou seriamente a economia brasileira. e a recessão só não foi mais grave graças ao empenho do governo e das centrais sindicais em transferir para os trabalhadores o custo da crise econômica. Nos primeiros meses de 2009 a produção industrial acumulada apresentou queda de 12,8% em relação ao mesmo período de 2008.

O desempenho melhorou no último trimestre, mas dificilmente o ano terminará com um resultado positivo. Da mesma forma que o PIB “A situação se repete na indústria como um todo, que, apesar das novas altas consecutivas, cresceu apenas 14,6% entre dezembro e setembro. As perdas de setembro a dezembro do ano passado foram de 19,8%, e para zerá-las, o setor precisaria ter crescido quase 25%” (Denise Menchen, *Folha de São Paulo*, B3, 4 de novembro de 2009).

Com a escassez de crédito internacional que financiou boa parte da produção e do consumo nacional, por um lado, e pela queda no preço e na demanda das commodities devido à recessão mundial, por outro, o Brasil enfrentou no início da crise um processo combinado de estrangulamento do crédito, de elevação do câmbio com o dólar com constante tendência de alta a transferência de verbas públicas -no início da crise o estado brasileiro contava com US\$200 bilhões de reservas internacionais- para as empresas privadas através de uma série de mecanismo de transferência para os trabalhadores foi fundamental para evitar a quebra geral.

Evidentemente diante da crise econômica, que significa a impossibilidade dos capitais manterem seus altos ganhos (taxas de lucro), devido ao padrão produtivo dominado pela financeirização do capitalismo, globalização da produção e dos mercados desenvolvido nas últimas décadas, não há outra saída capitalista que não a do aprofundamento da exploração dos trabalhadores, é o que tenta realizar os pacotes econômicos, as demissões e demais políticas governamentais e patronais no último período.

A renúncia fiscal do governo, com a redução ou em alguns casos a alíquota zero do IPI, não consegue sequer manter os níveis de emprego.² Assim, além dos “acordos” de redução de salário e de jornada celebrados pelas centrais pelegas e das horas-extras a perda de massa salarial dos trabalhadores também está ligada aos setores que mais tem demitido nos últimos meses. Fica evidente que as empresas estão aproveitando o momento para ampliar as taxas de explo-

¹ Calcula-se que só em junho de 2009 houve em média um aporte estatal de R\$ 7,3 bilhões, diários para financiar o grande capital e manter intacta a lucratividade destes.

² A renúncia fiscal foi responsável pela queda de 7,8% na arrecadação federal. Esta renúncia fiscal para a linha branca vai ser estendida pelo menos até o final do ano e para os matérias de construção se estuda a extensão até o final de 2010. Em relação a este setor o cálculo não é evidentemente apenas econômico imediato, pois a redução do IPI neste caso tem um forte apelo popular e eleitoral.

ração sobre o trabalho. O fato é que a isenção de impostos e as demais políticas de transferência de capital público para o capital não estão a serviço da manutenção dos empregos. Na verdade estas medidas são os aspectos mais aparentes de um conjunto ações -públicas e privadas- que tem objetivos totalmente alheios aos interesses dos trabalhadores.

O início da recuperação econômica, como se vê, é bastante frágil, principalmente comparado com as perdas dos últimos meses. Se levarmos em conta as indefinições na economia mundial, em relação aos ritmos e a sustentabilidade da recuperação, a ligeira recuperação da indústria no Brasil pode retroceder nos próximos meses. Além da típica fraseologia, a confiança do governo se assentava em alguns dados econômicos reais, tais como: a reserva mundial em dólares algo em torno a 200 bilhões no início da crise, a maior diversificação comercial brasileira com o comércio intra-Mercosul, África e China, liquidez do sistema financeiro nacional com bancos nacionais figurando entre os mais lucrativos do mundo e transações financeiras mais criteriosamente estabelecidas.

O discurso ideológico que ressalta os “fundamentos macroeconômicos” do Brasil esconde que a manutenção da rentabilidade do capital, através da redução dos impostos sobre produtos industrializados, a oferta de crédito pelos bancos públicos, as reservas internacionais e a transferência da crise para os trabalhadores, são possíveis pela forma como a produção e a riqueza social são apropriadas e, também, administradas pelo Estado capitalista, ou seja, todas essas condições têm o seu desdobramento no terreno da luta de classes.

Como não há saída para superar a crise na pura “esfera econômica”, ou seja, com medidas neutras que não afetem os interesses sociais em jogo, governos, patrões, centrais sindicais, e outros aliados do capital, colocam toda a sua maquinaria político-ideológica voltada para o sentido de impor aos trabalhadores a fatura da crise econômica. Para isso, tentam convencer os trabalhadores de que a única alternativa é a “aliança de toda a sociedade” contra a crise. Mas, os fatos “são persistentes”, pois mesmo com toda a política de favorecimento explícito aos patrões -política vendida pelo governo e centrais pelegas como acordos de manutenção do emprego-, estes continuam de várias formas a transferir a conta para a classe trabalhadora.

EFEITOS DA CRISIS SOBRE OS TRABALHADORES

O crescimento econômico anterior -sobre a base da *precarização*, desemprego e arrocho salarial- contribui para que o governo Lula e as centrais operárias governistas conseguissem manter o movimento de massas em geral e os trabalhadores em especial em um estado de letargia política, em um primeiro momento, que vem sendo, apesar da terrível crise de direção em que vivemos enfrentado pelos trabalhadores que por vezes rompem momentaneamente com o controle burocráticos dos seus principais dirigentes (sobre este tema versaremos no decorrer do texto). Este estado de abundância de capitais na situação

pré-crise, com base no crescimento econômico ancorado no alto preço das commodities, setor que conjuntamente ao financeiro tem tido lucros fabulosos durante o governo Lula e no crédito dado pelo setor financeiro, tem puxado o consumo de parte da população em bens duráveis.³

A crise econômica se fez sentir da maneira mais dramática possível para os trabalhadores. Vivemos no último período um processo de ataques aos trabalhadores que não se restringiu a demissões diretas, férias coletivas, remanejamento de pessoal e outras formas de precarização direta e indireta do trabalho. A Vale -maior mineradora brasileira e uma das maiores do mundo-, construída pelo Estado e privatizada no governo FHC e que conta com 62 mil funcionários, demitiu no início da crise 1.300 trabalhadores em todas as suas filiais e no Brasil, a maioria destes demitidos trabalham em Minas Gerais, mas não para por aí, as demissões estão ocorrendo em vários setores da economia. As demissões chegaram com força também nos bancos, maiores beneficiários do crescimento econômico do período anterior.

Houve uma queda de 7,8% na produção industrial brasileira considerando agosto de 2008 a agosto de 2009, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A recuperação parcial da produção, logicamente, não foi acompanhada da ampliação de vagas no setor⁴, pelo contrário, é interessante observar também que os setores produtivos que primeiro se beneficiaram (produção de veículos, de material de transporte e metalúrgica) com a redução ou fim dos Impostos Sobre Produtos Industrializados (IPIs) são as que proporcionalmente mais demitiram no último trimestre de 2009. É interessante notar também que existe um descompasso entre a apresentada recuperação da atividade industrial e o nível de emprego na indústria.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dá conta de uma queda de 5,1% no nível geral do emprego no primeiro semestre, atingindo 8,1% da População Economicamente Ativa (PEA). O problema é a utilização de uma metodologia onde os trabalhadores que deixaram de procurar emprego nos últimos meses e os trabalhadores em tempo parcial (bicos) não são contabilizados, o que contribui para maquiagem a realidade. Parece que não é verdade que as “coisas estão melhorando”. Desde setembro de 2008 apenas a indústria paulista eliminou 199,5 mil postos de trabalho.

Somente no mês de junho só a indústria paulista demitiu 3,5 mil trabalhadores. Em relação ao total de emprego na indústria, segundo o IBGE, houve uma

³ É fato que o comércio exterior do Brasil com os EUA é em torno a 15%, o problema é que na economia mundializada as economias nacionais são cada vez mais interdependentes. Por exemplo, o Brasil aumentou em muito o comércio com a China, que por sua vez é o maior vendedor para os EUA, com a recessão nos EUA a China vende menos e se vende menos, compra menos do Brasil e comprando menos o Brasil exporta menos, exportando menos se produz menos, porque o mercado nacional não pode dar conta do total da produção, lógica que já está levando a uma desaceleração da produção industrial verificada em vários indicadores econômicos.

⁴ As vagas que vem sendo criadas estão longe de compensar as 1,2 milhões de pessoas demitidas no início da crise.

que de 7% em relação ao mesmo mês de 2008 e a massa salarial teve queda de 3,8% em relação ao mesmo mês de 2008. A frágil retomada da atividade econômica coloca para economias, como as do Brasil, onde governos já anunciam a retomada linear da recuperação econômica, um sinal de alerta, pois, diante da perspectiva de novos freios no mercado mundial, a incipiente melhora da economia brasileira terá muita dificuldade para se sustentar, o que, certamente, gerará mais tensões sindicais e políticas.

O caso da Embraer -fábrica de aviões localizada em São José dos Campos- é emblemático, no início do ano demitiu 4200 trabalhadores alegando queda brutal no número de pedidos. Essa mesma empresa no terceiro trimestre de 2009 anunciou um lucro líquido de R\$ 221,9 milhões. E como se não bastasse as demissões a Embraer apresentou recentemente na mesa de negociação ao sindicato dos metalúrgicos -dirigido pela Conlutas- uma proposta de redução da jornada de trabalho com diminuição de salário, banco de horas em vez de pagamento de horas extras e repassar aos funcionários apenas a inflação no período (4,4%). Ou seja, diante da derrota que significou a demissão de 20% da força de trabalho na Embraer sem resistência possibilitando grande lucratividade para a patronal a empresa "descobriu o caminho das pedras" e quer mais.

A fórmula então é mais ou menos simples: o governo para beneficiar poucos abre mão de impostos (o que reduz as verbas para saúde e educação) prejudicando a maioria da população, os trabalhadores. Estes são duplamente prejudicados, pois além de terem menos possibilidades de serem atendidos pelos serviços públicos continuam desempregados ou obrigados a cumprir jornadas de trabalho cada vez mais extenuantes. E não se trata apenas da questão da quantidade de postos de trabalho que estão sendo fechados, existe uma queda também acentuada do salário médio na medida em que "a indústria de transformação (exclui a extrativa, com a de minérios) perdeu 501 mil empregos desde novembro de 2008" (Vinícios Torres Freire, *Folha de São Paulo*, 16-4-09), pois este é o setor que tradicionalmente paga os maiores salários.

Além das demissões outras iniciativas política no sentido de reduzir custos e conseqüentemente atacar os trabalhadores estão se desenvolvendo em várias frentes, dentre elas podemos destacar as novas negociações no Fórum Nacional do Trabalho em relação à reforma trabalhista (dentre outras medidas significa passar a legalidade sindical e as decisões para o controle direto das centrais sindicais) e da previdência (como decisão central o aumento da idade mínima para a aposentadoria) e o projeto de lei que irá liberar a terceirização para todos em toda a cadeia produtiva, ou seja, até então as montadoras, por exemplo, com a reforma de Fernando Henrique Cardoso (FHC) só podem terceirizar setores não ligados diretamente à montagem de veículos que é a sua área de atuação central, com a nova lei todos os setores poderão ser terceirizados o que irá implicar, logicamente, piora brutal de salários e condições de trabalho.

Os capitalistas utilizam os momentos mais dramáticos da crise para impor aos trabalhadores taxas maiores de exploração, para isso se apoiaram na maioria dos partidos, centrais sindicais, igrejas e meios de comunicação. Realizam

uma poderosa campanha midiática e ideológica com o intuito de convencer os trabalhadores de que “não há alternativa” por fora da ordem econômica e social estabelecida e que o “melhor” era aceitar as propostas de redução de salários ou se que devem se conformar com a perda dos empregos, afinal a crise “não tardará a passar”. Ou seja, uma construção ideológica a serviço de naturalizar todos os ataques feitos contra os trabalhadores sob a justificativa de que a crise é uma fatalidade e que o melhor a fazer é ter “paciência e aceitar o sacrifício imposto para todos”.

Crises econômicas são brechas para impor aos trabalhadores maiores taxas de exploração através da redução de salários, intensificação do ritmo de trabalho, mudanças na gestão da produção ou mudanças legislativas que precarizem ainda mais suas condições de trabalho.⁵ Mas, mesmo não dispondo de organizações e direções à altura de suas demandas, os trabalhadores no Brasil resistiram através de uma série de lutas por fábrica contra as demissões ou, como no último período, pela recomposição de perdas salariais. Em várias fábricas, representadas por estes sindicatos, “acordos” de redução de salários foram firmados.

2. Derrotar o colaboracionismo CUT-PT e construir uma alternativa real de luta

A CUT E AS DEMAIS CENTRAIS “PELEGAS” SE ALINHAM COM O GOVERNO E A PATRONAL

Como se vê, a burguesia -e seus governos- coloca nos ombros dos trabalhadores o peso das medidas que serão tomadas para salvar o capitalismo. Nos EUA, onde pacotes tentam desesperadamente salvar bancos e indústrias que quebraram com a crise, transferindo a conta da crise para os trabalhadores norte-americanos, Lula e a burguesia, no Brasil, atuam no mesmo sentido como indica os dados relativos às demissões em vários setores da economia. O problema é que já não se trata de previsões, pois estamos diante de um acelerado processo de demissões em diversas categorias.

A chantagem capitalista contra os trabalhadores com o crescimento do exército de reserva de força de trabalho nestes momentos de crise ganha novas dimensões. Os patrões aproveitam estes momentos de crise, o atraso na consciência das massas trabalhadoras, provocados pela ideologia dominante, produzidas e reproduzidas nas igrejas, sindicatos pelegos, partidos da ordem etc. Para tentar impor taxas maiores de exploração. O amalgama ideológico resul-

⁵ Um claro exemplo do que estamos falando foi a política de “flexibilização trabalhista” em 1998 no governo de Fernando Henrique Cardoso, que redundou na legalização dos contratos temporários de trabalho. O resultado disso é que hoje temos mais de 17 milhões de trabalhadores no Brasil dentro deste regime, estes trabalhadores são os primeiros a serem demitidos devido ao baixo custo com a sua demissão.

tante é de que às medidas “anticíclicas” que estão sendo colocadas em prática, são “necessárias unir patrões e trabalhadores” para superar a crise para que possamos voltar à “normalidade”. Concretamente, esta construção ideológica está a serviço direto de tentar naturalizar todos os ataques feitos contra os trabalhadores sob a justificação de que a crise é uma fatalidade e que o melhor a fazer é ter paciência e aceitar o sacrifício imposto para todos.

A estratégia colaboracionista da CUT teve o seu teste definitivo no contexto político brasileiro na década de 1990. Neste período, diante do auge da ofensiva neoliberal no Brasil, a CUT desenvolveu políticas colaboracionistas como as Câmaras Setoriais (fóruns tripartite de conciliação permanente entre trabalhadores, patrões e governos) e o banco de horas (flexibilização da jornada de trabalho de acordo com as demandas do mercado) com o argumento, mais do que carcomido pela história, de que não havia alternativa e que era possível encontrar saídas pactuadas com os patrões para que em tempos de mudanças profundas no processo produtivo os trabalhadores mantivessem suas conquistas.

Enfim, nada mais do que o velho colaboracionismo com a classe dominante desenvolvido secularmente pelas correntes reformistas/burocráticas que dirigem o movimento sindical. Bem, o resultado desta política é bastante conhecido: a década de 1990 passou para a história nacional como um dos períodos onde mais avançou as taxas de exploração e muitas conquistas foram tiradas dos trabalhadores. Assim, a profunda reestruturação produtiva brasileira -que significou a perda de milhões de postos de trabalho- só foi possível dentro do contexto de defensiva política dos trabalhadores arquitetada pela CUT e pelo PT.

SUPERAR OS LÍMITES POLÍTICOS DA DIREÇÃO DE CONLUTAS

Para além das dificuldades, tanto a nível “macro” como “micro”, dos trabalhadores em responder globalmente aos ataques uma importante, porem limitada, transferência da crise econômica para o terreno da luta, como pudemos verificar desde a greve geral, com violentos enfrentamentos, que acaba de acontecer na França, insurreições em pequenos países da América Latina, a profusão de lutas em todo o globo, até o golpe de estado em Honduras, sem dúvida uma das expressões mais importantes no cenário mundial da atual crise econômica.

Dentro desse contexto o movimento de massas no Brasil enfrenta um importante obstáculo para se colocar à altura das necessidades do atual período, como não se bastasse o governismo da CUT e de demais centrais, no campo da esquerda nos debatemos com a política da Conlutas (dirigida majoritariamente pelo PSTU) nos processos de resistências e mobilizações. As centrais governistas e pelegos de toda espécie aplicam neste período uma clara estratégia de colaboração com o capital, assim, em nome da “conciliação” colocaram em prática “alternativas” que beneficiam única e exclusivamente os patrões.

A permanência da crise internacional, e os repiques que podem ocorrer na economia brasileira colocam para as expressões de ruptura com a CUT e o oportunismo de toda espécie um desafio impar para a sua recente história, pois, devem

romper com a super-estruturação e o economicismo que infelizmente caracteriza este setor, e se colocarem à frente do processo de resistência dos trabalhadores. Não nos opomos duramente à condução política da Conlutas não por capricho, mas porque esta tem trazido sérios problemas para a construção de uma real alternativa à CUT e o peleguismo de forma geral. Para fundamentar nossa crítica vamos trazer à tona algumas das experiências que consideramos mais significativas do último período. Para isso será necessário recordar os fatos mais importantes da luta de classes, por um lado, e os que tiveram de alguma maneira a interferência da Conlutas ou da corrente que a dirige majoritariamente (PSTU).

A realidade não se resume à ofensiva burguesa sobre os trabalhadores para que estes paguem a conta da crise. As políticas burguesas e governamentais -que asseguram a lucratividade do grande capital industrial, comercial, rural e financeiro- são contrapostas por um importante processo de resistência em curso -apesar da política majoritária das direções burocráticas do movimento operário-, como a greve unificada dos trabalhadores e estudantes da Universidade de São Paulo e a dos trabalhadores do INSS e as várias greves salariais que ganharam o cenário no segundo semestre de 2009. É verdade que a resistência dos trabalhadores em nível mundial se faz de maneira muito desigual, em alguns países -como na França- os trabalhadores tomaram a iniciativa com greves radicalizadas já em outros os trabalhadores ficaram atônitos diante das demissões em massa. No entanto, são nos momentos de crise, onde as contradições sociais se manifestam de forma ainda mais aguda, que se pode discutir de maneira mais ampla a necessidade de construção de alternativas políticas calcadas na mobilização e na total independência dos trabalhadores.

A (NO) RESPOSTA DA CONLUTAS A CRISE ECONÔMICA

Começamos por destacar a postura da Conlutas em relação a mobilização dos trabalhadores da GM de São José dos Campos (pólo industrial que fica entre São Paulo e Rio de Janeiro) no primeiro semestre de 2008 que enfrentaram um pacote de ataques da empresa. Este foi um dos exemplos de processo de mobilização que permitia e exigia uma política que rompesse com o isolamento a que foram submetidos estes trabalhadores, mas o PSTU ao não romper com a sua lógica corporativa e imediatista tratou de manter a mobilização dos trabalhadores da GM restrita geograficamente a São José dos Campos e, a seu controle político. No final desse processo foi imposta pela empresa a contratação de trabalhadores temporários.⁶

Logo após a este processo se realizou o Congresso Nacional dos Trabalhadores (Congresso da Conlutas) em Julho de 2008 em Minas Gerais e a

⁶ Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi aprovado uma emenda constitucional permitindo a contratação de trabalhadores temporários, o que permite aos patrões um custo muito menor na hora de demitir os trabalhadores. Hoje se estima a existência de 17 milhões de trabalhadores dentro desse regime de trabalho no Brasil.

direção deste fórum tentou imprimir uma imagem vitoriosa do processo que se passou na GM de São José dos Campos. É claro que esta avaliação acabou caindo no ridículo, pois era evidente que ao impor a contratação dos temporários a GM tinha imposto uma derrota aos metalúrgicos desta cidade. É claro que dentro da lógica da corrente que dirige a Conlutas e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José é “proibido” fazer balanços políticos concretos, tratando sempre de apresentar “vitórias”. Não precisamos nem dizer que essa concepção tem resultados políticos nefastos para a consciência dos trabalhadores e, conseqüentemente para a luta de classes.

Houve problemas graves na compreensão e elaboração da Conlutas e, conseqüentemente, do PSTU, frente à crise econômica e das necessidades políticas desse período. Já em meio à crise, diante da concretização das demissões massivas, devido ao contágio da crise mundial, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e o PSTU se limitou a dizer “se demitir, vamos parar”.⁷ Palavra de ordem que desarmava totalmente os trabalhadores para os enfrentamentos que viriam pela frente. Essa postura colocou este setor em posição totalmente defensiva diante dos movimentos que vem fazendo os patrões.

No início de 2009 a GM de São José dos Campos vai, justamente, atacar primeiro o elo mais fraco: os mesmos contratados em caráter temporários após a luta de maio/junho de 2008 que descrevemos a cima. Ao não avaliar concretamente o que significava a introdução dos contratos temporários, a direção não preparou os trabalhadores a contento para os futuros enfrentamentos com a patronal, fato que contribuiu para que não houvesse resistência diante da demissão de mais de 800 trabalhadores. Além de não preparar os trabalhadores para o que viria não foi capaz nem de impulsionar uma real resistência diante das demissões, pois, diante da demissão de mais de 800 trabalhadores temporários na GM a única política desenvolvida pelo sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos foi realizar uma paralisação de duas horas em frente à fábrica e um ato no centro da cidade que reuniu no máximo 2 mil pessoas. A falta de resposta político-sindical à altura na demissão na GM foi seguida da demissão massiva (4.200) dos metalúrgicos da Embraer (fábrica de aviões), também em São José dos Campos.

A GREVE DA USP FOI UMA PROVA POLÍTICA “SURPREENDENTE”

Outro exemplo interessante da política *economicista* desenvolvida no campo dos trabalhadores e dos estudantes, foi a greve da Universidade de São Paulo (USP) -com repercussão nacional- realizada no primeiro semestre de 2009.

⁷ Esta é uma perspectiva que simplesmente desconsiderava a gravidade da crise e dos ataques que, necessariamente, já estavam em curso contra o conjunto da classe.

Para começo de conversa, durante várias semanas o DCE (Diretório Central dos Estudantes, na época dirigido pelo PSTU/PSOL) tratou de frear a crescente necessidade e vontade de lutar dos estudantes, fatores que atrasaram de forma criminosa a unificação com os professores e os funcionários, os últimos já em greve por reivindicações decisivas para o conjunto da comunidade que questionavam a estrutura de poder no interior da universidade e a política privatista e elitista do governo Serra.

Por força da mobilização e graças à indignação diante da repressão policial aos piquetes, estudantes e professores entraram em greve -praticamente um mês após os funcionários terem iniciado a greve- apenas no dia 4 de maio, após vários ataques da tropa de choque aos piquetes de greve, a direção do DCE (PSTU apoiados pelo PSOL) se posiciona a favor da greve, possibilitando assim a deflagração da mesma, processo importante mais tardio pois, se a direção tivesse mobilizado os estudantes para greve desde do início da greve dos funcionários (trabalhadores não-docentes) o movimento estaria muito mais fortalecido. Uma vez a greve instaurada em todos os setores e ganharia apoio da “opinião pública” e de trabalhadores e estudantes de outros setores e instituições de ensino, como isso o governo Serra intensificou sua política repressiva, o que gerou mais indignação e radicalização da luta.

Na semana seguinte foi realizado um grande ato na Avenida Paulista com aproximadamente sete mil pessoas, o que demonstrou grande força e potencial da mobilização. Apesar disto, a política da sua direção (fórum das seis, DCA) nesta mobilização não serviu para impulsionar outros processos. No final da manifestação foi anunciado que o Conselho de Reitores propôs a “retomada das negociações” (22 de junho) e a retirada da tropa de choque do campus, com a condição de que os piquetes fossem suspensos neste momento deveria ter continuado a resistência, mas infelizmente isso não ocorreu.

Situação que ocasionou uma “estranha” apatia na semana seguinte. Resultado: o Conselho de Reitores não atendeu nenhuma das bandeiras fundamentais, nem as democráticas e nem as econômicas. Suely reitora que representava o governador no campus continuava no cargo, trabalhador, e sindicalista Brandão segue demitido, os processos políticos contra ativistas continuam em curso, a resolução do Conselho Universitário autorizando a entrada da força policial na universidade está mais do que mantida, o projeto de educação a distancia a UNIVESP (apenas prorrogada), as reivindicações salariais não foram atendidas.⁸

Em meio à luta que mobilizou as três universidades estaduais de São Paulo a Conlutas se limitou a atuar de forma sindicalista, ou seja, não lançou nenhu-

⁸ O que explica que uma crescente mobilização tenha refluído de forma tão abrupta? Para nós o elemento fundamental foi a política da direção deste movimento. Primeiro por ter aceitado negociar com a reitoria -reconhecendo sua autoridade (como se pode sentar para negociar com inimigo que se quer a cabeça em um momento que é possível continuar lutando?)- e por suspender os piquetes da greve. Segundo, porque após a passeata dos sete mil não houve mais nenhuma iniciativa política para aglutinar em uma ação conjunta todos os setores.

ma campanha nacional com o objetivo de construir um movimento em outras universidades públicas e privadas em apoio à greve da USP. Este comportamento foi seguido *pari passu* pelo setor estudantil da entidade. Em meio a greve foi realizado um Congresso Nacional dos Estudantes organizado pelo setor estudantil da Conlutas (hoje com a denominação de Aliança Nacional dos Estudantes Livre ANEL). Durante este evento, em meio a mobilização mais importante de 2009, os dirigentes estudantis se negaram a tirar um plano de lutas efetivo em apoio a greve da USP. Em meio ao debate chegaram a classificar de direita nossa proposta de realizar um dia nacional de luta em apoio a greve da USP. Ou seja, essa direção estudantil segue a mesma lógica economicista (o que implica no corporativismo, na burocratização do movimento e no conservadorismo) da direção sindical da Conlutas.

Com o fim da greve nenhuma das reivindicações importantes foi atendida e o pior sem o movimento ter dada todas as cartas possíveis. Apesar da heróica resistência dos funcionários da USP que suportaram de forma isolada, inclusive pela própria Conlutas e Intersindical, as pressões mais difíceis deste movimento, pois são os trabalhadores que tem a sua sobrevivência ameaçada em uma greve que reúne trabalhadores e estudantes. Apesar de respeitar a combatividade do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), não podemos nos furtar ao debate franco que a luta de classes exige e, neste sentido, avaliarmos que medidas políticas como negociar com Suely e suspender os piquetes foram equivocadas.⁹

Infelizmente a direção do Sintusp não fugiu desta lógica. No jornal do Sintusp de agosto de 2009, dedicado ao balanço da greve, afirma-se que "... a greve dos trabalhadores da USP teve como subproduto três conquistas extremamente importantes, para além das conquistas econômicas parciais..." dentre estas conquistas são elencados, o "exemplo de como se deve lutar para resistir aos ataques que serão descarregados sobre a classe trabalhadora frente aos impactos da crise econômica mundial"; o "exemplo de como os trabalhadores podem e devem levantar as demandas dos demais setores explorados" e "colocou em evidência o caráter oligárquico e reacionário da estrutura de poder e das camarilhas que governam a universidade".

Como se pode ver, o exemplo citado acima torna explícito o que afirmamos em relação aos perigos de transformar derrotas em vitórias. Não podemos negar que a luta dos funcionários do primeiro semestre colocou em evidência uma série de problemas políticos e estruturais da universidade e que a força da sua

⁹ Não concordamos em absoluto, por todos os motivos expostos acima, com a avaliação da greve na USP, no primeiro semestre, realizada pelas correntes (PSTU, PSOL, LER-QI) e pelo Sintusp que afirmam que houve uma vitória do movimento no primeiro semestre. Neste sentido, a metodologia destes setores se assemelha à utilizada tradicionalmente por todos os setores burocráticos. Ou seja, a burocracia sempre coloca o seu prestígio pessoal na frente de qualquer análise concreta da realidade. Não é isso o que nos legou o melhor da tradição revolucionária de Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, pelo contrário, sempre se coloca a necessidade de tirar todas as lições do passado do a quem doer.

mobilização praticamente empurrou os demais setores da universidade ao processo de unificação do movimento grevista, mas não podemos medir o resultado de uma luta pelas intenções do movimento, é necessário verificar objetivamente quais foram os resultados políticos e econômicos da luta.

A POLÍTICA DA CONLUTAS FRENTE AO GOVERNO DE LULA

Outro exemplo da falência política desta corrente (PSTU) é como tem orquestrado a tática de exigência ao governo. Pois, ao não impulsionar a organização pela base de um grande plano de lutas nacional, transformou a tática de exigência ao governo em estratégia. Aqui se colocam duas questões, uma de ordem tática e outra de ordem política e ideológica.

No Site oficial da Conlutas lemos que “o objetivo principal do abaixo-assinado é ganhar os trabalhadores para a necessidade da luta e da resistência contra os ataques dos patrões e dos governos e pelas nossas principais reivindicações”, uma leitura mais aguçada deste trecho em sua conexão com as demais idéias contidas na nota podem revelar qual é o verdadeiro conteúdo desta campanha. Dentre outras coisas, a nota omite que o principal ponto de apoio dos patrões para seguir demitindo, arrochando salários e perseguindo as lideranças combativas do movimento social é o próprio governo Lula e as centrais pelegas a ele atreladas. O texto continua nos seguintes termos: “Neste sentido, a Conlutas segue propondo as demais centrais sindicais a realização de um dia nacional de lutas e paralisações contra as demissões e a redução de salários e direitos, para que sejam os ricos que paguem pela crise” (ver nota completa em www.Conlutas.org.br).

A “grande” estratégia de resistência nacional em meio à continuidade da crise e dos seus nefastos efeitos sobre os trabalhadores da Conlutas tem sido o abaixo-assinado nacional para que Lula faça uma Medida Provisória (MP) contra as demissões. Na contramão da orientação da Conlutas, o central neste momento era jogar todas as forças nas mobilizações em curso -como foi o caso da greve na USP-, com o objetivo de nacionalizar estes processos que se configuram em lutas que não se restringem às bandeiras defensivas, mas colocavam bandeiras como aumento salarial, democracia na gestão pública, direito de livre organização sindical e estudantil.

A Carta Aberta da Conlutas ao presidente Lula que poderia ser uma tática correta, levando-se em consideração a popularidade do governo e as ilusões que milhões de trabalhadores têm de que pode se encontrar saídas favoráveis sem o enfrentamento direto ao governo, sem dúvida uma questão meramente tática, passou a ser encaminhada pela direção da Conlutas como uma verdadeira estratégia. Pois ao não organizar, mesmo em sua base, a resistência concreta às demissões esta tática acaba emergindo como ação privilegiada e não como uma das pontes para impulsionar a mobilização direta.

Outro problema que salta aos olhos é como a direção majoritária da Conlutas está encaminhando as propostas de unificação dos trabalhadores para

enfrentar a crise. Em vez de chamar pela base imediatamente encontros regionais e um encontro nacional para organizar a resistência propõe de forma superestrutural um plano de ação com as demais centrais para os meses de fevereiro e março. É claro que não vamos resistir às demissões ou tirar da luta contra os patrões e o governo nenhuma conquista sem a mais dura mobilização, a questão é que até agora diante do desemprego em massa em todo o país a direção da Conlutas em vez de chamar a base para discutir a crise e tirar um plano concreto de lutas se limita a propor um plano por cima e abstrato de atividades com as demais centrais.

A CRISE NO SENADO E A AUSÊNCIA DUMA ALTERNATIVA SOCIALISTA

Parte complementar da análise da situação política vivida no último ano é a crise política que, apesar de todos os esforços do governo e dos demais partidos da ordem, permanece candente. Como todos sabem a oposição burguesa não em condições políticas/éticas para se colocar como porta-voz de qualquer “moralização” do Senado ou de qualquer outra coisa. Por isso acabou sendo feito um acordo velado entre oposição e governo para diluir a crise de forma que esta não fosse transferida para as ruas e resolvida pela juventude e pelos trabalhadores. A crise no Senado brasileiro -apesar de não ter se desdobrado em manifestações massivas e de rua- também foi um importante capítulo da política nacional em 2009. E nesse quesito avaliamos também uma grande insuficiência na política da Conlutas.

Depois da crise das passagens aéreas que envolveram todo o Congresso, onde se constatou que passagens aéreas que deveriam servir para a atividade política dos Senadores, estavam sendo usadas por familiares, apadrinhados políticos, namoradas, etc. A mais “nova” onda de denúncias se concentrou em José Sarney (senador pelo PMDB, ex-presidente da República e atual presidente do Senado). Sarney foi denunciado por nepotismo, tráfico de influência e desvio de dinheiro público, o que também não é novidade nenhuma.¹⁰

Das onze representações feitas no conselho de ética do Senado, todas foram arquivadas pelo seu presidente. Da mesma forma que no episódio das passagens aéreas quase a totalidade dos partidos estão envolvidas nas denúncias.¹¹ Vários outros casos demonstram que o problema é generalizado, o famoso “mar de lama” que permeia a política dominante tem um manancial que parece ser inesgotável. Mas o problema tem que ser observado mais de perto.

¹⁰ Motivos que levaram outros presidentes, como Antonio Carlos Magalhães (falecido coronel da oligarquia baiana), após várias denúncias, a renunciar para não sofrerem processo por falta de decoro parlamentar. Renan Calheiros (PMDB e ex-presidente do Senado e da “Tropa de Choque” de Sarney), também denunciado por lavagem de dinheiro dentre outras falcaturas, nem sequer renunciou ao mandato, após um acordo interno apenas renunciou à presidência da “casa”.

¹¹ O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, também foi pego com a boca na botija. Um dos seus assessores foi estudar na Europa com salário pago pelo Senado e o mesmo senador teve suas contas pagas com dinheiro emprestado do Senado durante uma viagem com a família na Europa.

O Parlamento, como parte do Estado burguês e da sua característica divisões dos poderes, em qualquer parte do planeta, representa os interesses da classe dominante independente da forma que possui (presidencialismo, parlamentarismo, monarquia parlamentarista, com câmara baixa, com câmara única). Desta forma, a tão propagada “maturidade” de outras repúblicas, em geral europeias, não impede que representantes da classe dominante vez por outra caiam em desgraça; recentemente tivemos o caso de deputados ingleses envolvidos em corrupção.

A própria estrutura deste Estado, fundado na propriedade privada dos meios de produção e da opressão de uma classe sobre outra, na democracia formal pela eleição de “representantes do povo”, na irrevogabilidade dos mandatos e nos altos salários dos representantes criam e recriam as condições favoráveis para todas as formas de corrupção.

Temos que fazer a polêmica em duas frentes, tanto com aqueles que se restringem à defesa de um congresso baseada em uma Câmara Única de representantes -proposta correta, pois o Senado existe apenas para enfraquecer as pressões populares sobre o Congresso, mas extremamente parcial- como faz o PSTU e, conseqüentemente, a Conlutas, quanto aqueles, que elaboram uma proposta de Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana para resolver “todos os problemas nacionais, as formas de representação e as mazelas que afetam os trabalhadores e o povo pobre” (*Palavra Operária* 61, p. 3).

Na primeira formulação (Conlutas e o PSTU) se restringem ao “Fim do Senado, por uma Câmara única”; esta formulação mal arranha o problema. O “fim do Senado” não pode ser uma bandeira em si, deve encontrar uma série de reivindicações que conduzam a uma perspectiva de ruptura revolucionária, ao contrário disto o programa para este momento fica restrito aos marcos da institucionalidade burguesa. Por outro lado, é importante encontrar as tarefas que sejam pontes entre a situação atual e as reivindicações transitórias.

Na segunda formulação (LER-QI) não leva em consideração que o Brasil tem uma série de questões democráticas, como a reforma agrária, que ainda não foram resolvidas, assim a proposta de Assembléia Constituinte tem a sua validade enquanto articuladora entre a atual crise da democracia burguesa e uma saída radicalmente estabelecida pela luta dos trabalhadores. Mas esta elaboração não deixa claro que as “tarefas democráticas” só podem ser levadas a cabo de forma conseqüente pela luta dos trabalhadores pelo poder político.

Acontecimentos políticos recentes na América Latina -como no caso da burguesia insurgente da meia lua boliviana, que enfrentou o poder central e a própria assembléia constituinte, e em Honduras- demonstram que nenhuma Assembléia Constituinte, sem a mais radical mobilização dos trabalhadores, pode assegurar avanços democráticos. Por isso defendemos a formulação de Assembléia Constituinte Revolucionária como meio tático para que os trabalhadores, que só pode ser construída na mobilização e em organismos de representação direta, estas são as condições necessárias para a conquista do poder pelos trabalhadores.

A democracia real deve ser baseada na participação direta de milhões de trabalhadores, sendo assim não pode ser obra de uma minoria; a sua constituição deve começar nos locais de moradia, de trabalho e de estudo em um sistema onde o centro de gravidade se inverta totalmente, ou seja, se dê de baixo para cima; os seus representantes devem ser eleitos e os seus mandatos revogáveis; os salários não podem ultrapassar a média salarial de trabalhadores. Está mais do que demonstrado que a democracia formal (também conhecida como democracia dos ricos) não serve para os trabalhadores.

Qualquer forma de representação indireta dentro do Estado capitalista está a serviço da elaboração e imposição de leis voltadas para manter/aprimorar a exploração, e mais vantagens para as frações dominantes. Vários exemplos atuais da política do governo Lula e do atual Parlamento vão neste sentido.

De outra forma, é necessário criar uma alternativa que questione o conjunto da estrutura política do Estado capitalista através de um sistema de reivindicações que se inicia pela exigência da renúncia de Sarney e construa pontes até a imposição de um governo dos trabalhadores, condição necessária para qualquer mudança efetiva. A proposta que alguns setores fazem de Assembléia Constituinte Soberana tem a sua validade enquanto articuladora entre a atual crise da democracia burguesa e uma saída radicalmente estabelecida pela luta dos trabalhadores.

Nossa proposta de uma Assembléia Constituinte Revolucionária contribui para que os trabalhadores encontrem caminhos para substituir a representação formal (burguesa) por uma estrutura de poder baseada na mobilização e em organismos de representação direta, sem substitucionismo, classe trabalhadora como protagonista neste processo, estas são as condições necessárias para a conquista do poder pelos trabalhadores que se materializa no seu governo e Estado próprio.

Diante dos seguidos exemplos e experiências com o Estado burguês, incluindo o seu parlamento, não apresentar uma proposta aos trabalhadores que vá para além da democracia formal, como faz Conlutas e PSTU, consiste em um rebaixamento do programa que só pode ser explicado pela adaptação desta direção à lógica dominante da democracia formal.

Por isso, defendemos um sistema de reivindicações que passam pelo Fora Sarney, Fim do Senado, por uma Assembléia Constituinte Revolucionária, por um governo dos trabalhadores.

CAMPANHAS SALARIAIS DO SEGUNDO SEMESTRE: O TRIUNFO DO ECONOMICISMO

O segundo semestre teve como característica básica, por um lado, a continuidade dos efeitos da crise sobre os trabalhadores (desemprego, arrocho etc.), e, por outro, um movimento por reivindicações salariais que mobilizou categorias que se organizam em âmbito nacional, como bancários e correios, e categorias chave para o processo produtivo industrial, como os metalúrgicos de

vários estados.¹² Diante das altas taxas de lucro das montadoras -sustentadas, além do mais, pelas políticas de isenção fiscal dada pelo governo Lula- e do arrocho salarial, mesmo sob a direção traidora da CUT/Força Sindical, os trabalhadores são impelidos à luta.

Essas lutas tiveram um papel de destaque na conjuntura política no segundo semestre de 2009, pois, após meses de defensiva diante do desemprego massivo ou na melhor das hipóteses de redução de salários, várias categoriais saem a campo, aproveitando a alta lucratividade obtida por vários setores patronais nestes meses de “ajuda” governamental, estas categorias lutam para recompor perdas salariais acumuladas. Isso demonstra que não existe da parte dos trabalhadores no Brasil uma apatia insolúvel e que se prostrem totalmente diante dos ataques patronais, como muitas vezes discursos anti-mobilização querem fazer crer.

Devemos esclarecer que há muito tempo a CUT não propõe nenhuma luta que se contraponha diretamente aos interesses dos patrões ou que vá contra políticas governamentais. Isso não quer dizer que não façam política, pelo contrário, a CUT e demais pelegos tem sabido muito bem levantar bandeiras e mobilizar suas bases em torno de temas políticos, com o fizeram a seu turno em relação a questão da redução da taxa de juros, por exemplo. Mas, estamos tratando aqui, evidentemente, é sobre ações políticas que assumam necessidades operárias e populares, como seria uma luta salarial combinada com uma mobilização para reduzir radicalmente a jornada e trabalho sem reduzir salários. Quando se pode aproveitar a situação para levantar bandeiras significativas para os trabalhadores, como durante a última campanha salarial dos metalúrgicos em todo o Brasil, a CUT tratou de restringi-las ao campo das meras reivindicações imediatas/salariais.

Este foi um momento onde Conlutas e Intersindical deveriam convocar estas categoriais para se unificarem com as demais que também estiveram em processo de mobilização. Procurando desenvolver uma atuação que fosse além da luta meramente econômica. No entanto, as duas entidades não escaparam da mesma lógica economicista/imediatista/corporativista da CUT, sem mobilizações conjuntas das categoriais que estavam em greve ou campanha salarial, também não foram levantaram bandeiras políticas durante as semanas ou meses período que duraram estas mobilizações.

O problema é que mesmo as direções não tradicionais dos trabalhadores (Conlutas e Intersindical) tiveram uma postura totalmente economicista na onda de mobilizações do segundo semestre. Pois não levantaram no interior destas mobilizações nenhuma bandeira política. Limitou-se a fazer os “melhores” acordos salariais possíveis. Ninguém em “sã consciência” pode negar que quan-

¹² Importantes lutas no segundo semestre se deram como a campanha salarial dos metalúrgicos da Volkswagen/Audi e Renault/Nissan, de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná (em greve por tempo indeterminado); Volkswagen, Ford e mais seis autopeças, em Taubaté, interior do Estado de São Paulo e no ABC paulista. O problema é que sem exceção todas essas lutas ficaram apenas no capô das reivindicações imediatas, ou seja, por reposição salarial.

to mais se tira da patronal melhor, mas também não podemos negar que a luta salarial pela reposição salarial se não for acompanhada por reivindicações como a recontração dos demitidos e a redução da jornada de trabalho, a manutenção e ampliação de direitos, os ganhos salariais se perdem em curto prazo e a vitória conquistada por estas categorias acabam por se perder em um curto espaço de tempo.

No final das campanhas salariais de metalúrgicos o balanço que faziam era de que o Sindicato dos Metalúrgicos de São José/Conlutas conseguiu um acordo salarial superior ao conseguido pelos metalúrgicos do ABC/ CUT. No jornal *Opinião Socialista* é possível ler que “o sindicato dos Metalúrgicos do ABC, tendo a frente a direção da CUT, para evitar problemas com as montadoras de automóveis e o governo, fez um acordo rebaixado na campanha salarial”, já os metalúrgicos da GM de São dos Campos (SP) “dirigidos pela Conlutas, seguiram na mobilização e conseguiram pressionar pela base a unidade de São Caetano do Sul... e fizeram uma greve unitárias que obteve uma vitória clara, um acordo superior as dos pelegos da CUT... Na Honda e na Toyota de Campinas (onde atua a Intersindical), também foram obtidos acordos melhores, assim como na Volvo e na Renault do Paraná (Força Sindical)” (*Opinião Socialista* 389).

Trata-se o balanço da campanha salarial onde todo o destaque foi dado para a diferença entre os acordos de reposição salarial conquistados entre alguns sindicatos. No ABC paulista, região metropolitana de São Paulo, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (filiado a CUT), como parte de sua política histórica de conciliação de classes e para preservar o “pacto luliano de conciliação de classes”, aceitou uma proposta rebaixa de reposição (6,53% e R\$1500 de abono). Já em São José dos Campos, o sindicato dirigido pela Conlutas, conquistou reajuste salarial superior (8,3% e abono de R\$1950). O balanço dessa direção afirma que a mesma começa a ser vista como uma “referencia para os trabalhadores” organizados nos sindicatos dirigidos pelos pelegos da CUT. É inegável que urge como uma importante promessa de alternativa sindical ao conjunto do sindicalismo burocrático, isso não está sob questão. Mas não podemos de observar que mesmo sindicatos ligados á Força Sindical (pelegos da mesma estirpe da CUT, também governistas ligados ao PDT, base de sustentação do governo Lula) obtiveram acordos salariais melhores do que os dos metalúrgicos do ABC paulista.

Mas, o que pode diferenciar verdadeiramente uma alternativa sindical não são acordos salariais com alguns pontos percentuais superiores ao da burocracia sindical governista, mas uma postura sindical totalmente distinta que abraja a disposição de unificar pela base categorias nacionais em luta -no segundo semestre uma série de categorias, como carteiros, bancários, metalúrgicos-, levantaram pautas de reivindicações que abrangeram questões pertinentes a todas as categorias, como a recontração de todos os demitidos, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim do trabalho temporário, da terceirização, das horas-extras, sem falar em bandeiras mais gerais como a reforma agrária, o não pagamento da dívida etc. No caso da greve da GM de São

José dos Campos, dirigida pelo Sindicato dos Metalúrgicos ligado à Conlutas nem a questão da readmissão dos 4200 trabalhadores demitidos pela Embraer foi levantado como pauta de reivindicações.

Em termos gerais, as conquistas salariais ou imediatas dos trabalhadores se não são acompanhadas de um processo de organização que vá superando a estrutura sindical herdada da Era Vargas com campanhas salariais previamente definidas em datas-bases (meses onde as empresas devem se posicionar sobre as reposições salariais) que tem por objetivo segmentar as categorias profissionais e manter as campanhas no estreito horizonte salarial, acabam por recriar as condições para a manutenção das condições de exploração da classe trabalhadora. Em termos específicos esta claro que a “retomada” do crescimento econômica em 2010 tem como horizonte fundamental de sustentação o aprofundamento das condições de exploração, pois o governo procurará transferir para os trabalhadores a fatura do “esforço estatal” da isenção fiscal e o déficit das contas correntes do governo com a redução de verbas para os setores sociais e as empresas, a exemplo da Embraer que após demitir 4.200 no primeiro semestre e apresentar altas taxas de lucro no segundo, irão manter a política de arrocho.

Organizações como a Conlutas e Intersindical, que se colocam como clastas e socialistas não podem se prostrar diante da lógica economicista. Assim o balanço da luta salarial apresentado pela direção do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos no sentido de que em que obteve um acordo salarial superior aos do sindicato dos metalúrgicos do ABC é risível. Em primeiro lugar porque a Conlutas tinha por obrigação articular, primeiramente em sua base, uma campanha salarial que transpusesse as reivindicações meramente salariais, coisa que não foi feita, e incorporasse bandeiras mais gerais à sua pauta de reivindicações o que também não aconteceu. Conlutas que dirige sindicatos importantes na região do Vale do Paraíba (Metalúrgicos e Químicos) e em Minas Gerais (Metalúrgicos e outros setores), além de ter presença em uma série de setores que estiveram em campanha salarial neste segundo semestre, como correios e bancários (importantes categorias nacionais), mas, não propôs sequer uma plenária de base que tirasse uma jornada conjunta destes setores.

No segundo semestre, tivemos uma combinação de lutas salariais que poderia ter alçado uma dimensão política se não fosse a intervenção nefasta das principais direções do movimento operário e estudantil. Assim o desafio de constituir uma organização que supere as direções tradicionais que se diferencia política e programaticamente da CUT e da Força Sindical são tarefas que vem sendo adiadas pelas dificuldades políticas apresentados pelos dirigentes da Conlutas e da Intersindical. Para tanto precisa levar aos trabalhadores sistematicamente uma política diferenciada destas centrais. Ações como a do dia 14 de agosto de 2009 (plano de luta unificado), por exemplo, onde não se delimita claramente quais são os pontos de diferenciação, não contribui para disputa política na base da CUT.

PERSPECTIVAS

Trazemos o conjunto desses fatos com o objetivo de demonstrar que, apesar dos fatores objetivos (desemprego, estrutura sindical burocrática, terceirização etc.) que influenciam a consciência e ação dos trabalhadores, a política do setor majoritário da Conlutas não arma os trabalhadores para o nível de enfrentamento que a realidade brasileira exige, pois a estratégia superestrutural e corporativista desenvolvida pela direção majoritária nos últimos anos são inegavelmente fatores para que lutas reais e diretas em suas bases não tenham se envolvido até o momento.

O balanço da política da Conlutas durante acontecimentos decisivos da luta de classes em 2009 tem a nosso ver grande importância, pois um passo decisivo para não reproduzir o economicismo, tão característico das direções tradicionais, que só servem para manter o *status quo* e preparar novos ataques contra os trabalhadores.

A compreensão da etapa histórica que começamos a transitar -e o que vem pela frente é um aprofundamento da crise-, com todas as perversas conseqüências que exige uma reposta dos trabalhadores e dos estudantes à altura. Isto implica, necessariamente, que as lutas em curso, e as que irão surgir, se convertam em lutas profundamente políticas, o que é estratégico para a recomposição do movimento operário e estudantil. A greve dos petroleiros em março, que saiu parcialmente vitoriosa e outras mobilizações, como as ocupações no campo, a luta em defesa do emprego e por reajustes salariais no final de 2009 demonstram que existem condições objetivas para se abrir uma conjuntura política em que a classe trabalhadora recupere seu protagonismo, quesito fundamental para a construção de uma alternativa não apenas diante do arrocho salarial, das demissões em massa, e do aprofundamento das “reestruturações” que levam a mais exploração.

No ano de 2010 teremos desafios redobrados, pois por um lado permaneceram os efeitos da crise, marcadamente com baixa recuperação do emprego, da tendência inflacionária, ou seja, continuidade das políticas de transferência da crise aos trabalhadores e pela provável manutenção da popularidade do governo, turbinada pela descoberta de petróleo na camada pré-sal, da escolha do Rio de Janeiro como sede das olimpíadas de 2016.

Além do mais, estaremos em um ano eleitoral (eleições nacional e regional) onde o bloco governista em relação à oposição burguesa tem condições de se apresentar de forma muito menos consistente do que o governo pelos motivos expostos acima.

Assim, os trabalhadores terão um duplo desafio em 2010. De um lado construir uma unidade na ação -para enfrentar o desemprego, por exemplo- acompanhada de uma política de diferenciação do governo, do capital e, também, da burocracia sindical.

3. O “pré-sal”: continuidade da política privatista

A descoberta de petróleo na chamada camada pré-sal na costa brasileira foi aberta com um longo debate político no Brasil em torno da regulamentação da extração de petróleo e gás nessas bacias petrolíferas. Pela quantidade e qualidade do produto encontrado nessas profundidades se estabeleceu um frenético debate sobre quem controlaria a extração: a Petrobrás, empresas privadas, ou seria criada outra empresa pública. Estes são temas importantes, pois recolocam o debate sobre a propriedade do subsolo nacional e sobre qual tipo de empresa deve realizar o trabalho de extração, refino e distribuição do óleo mineral e também sobre o destino da renda que será obtida pela extração e comercialização.

Em seu governo FHC acabou com o monopólio estatal criado por Getúlio Vargas da década de 50, permitido que a extração pudesse ser realizada por empresas privadas. O mesmo marco regulatório foi mantido nas duas gestões do governo Lula, desta forma, várias bacias petrolíferas foram a leilão no governo FHC e no governo Lula. O projeto de lei 5938/09 apresentado pelo governo Lula, que muda alguns aspectos do marco regulatório anteriormente vigente, e acordado com a oposição que vai a votação no Congresso, com chances mínimas de ser rejeitado pelos parlamentares, está longe de garantir a defesa da soberania nacional.

Para além das questões de percentual de participação dos royalties¹³, o que se coloca como fundamental é que o projeto do governo não significa uma ruptura com a política de FHC. A mudança do regime concessão para partilha não consiste sequer em um maior controle sobre as riquezas do subsolo pelo estado nacional ou uma “segundo independência” como quer fazer crer o presidente Lula e seu governo. As mudanças propostas por Lula, com o novo marco regulatório, não altera significativamente a legislação anterior pois, ao apresentar o conceito de partilha não altera fundamentalmente a forma de gestão da extração do petróleo na medida que estão mantidos a Agência Nacional do Petróleo, os leilões de bacias, a privatização de refinarias, a precarização do trabalho.

Nesse novo marco a Petrobras terá a participação mínima de 30% de todas as reservas que vieram a serem exploradas, o restante, 70%, será disputado pelas empresas privadas. Em relação a apropriação dos royalties será distribuída entre federação, estados e municípios. O novo marco regulatório também prevê que a única empresa que poderá operar na perfuração e na extração do óleo da camada pré-sal é a Petrobras. As demais empresas seriam apenas investidoras. Assim a Petrobras teria acesso a 30% pelo menos do óleo bruto para comercializar no mercado nacional ou internacional.

¹³ Royalties são as taxas cobrada pelo poder público (União, Estados e Municípios) para que as empresas extraíam e comercializem comercialização.

A REGULAÇÃO BURGUESA NÃO É PROGRESIVA

Tendo em vista a necessidade de construir e consolidar acordos eleitorais para 2010 e o potencial eleitoral que este projeto tem, pois todo o marketing vai ao sentido de que o petróleo do pré-sal vai significar a “segunda independência do Brasil”, o governo achou por bem recuar em sua proposta original para evitar desgaste com a sua base de sustentação. Assim o congresso provavelmente irá aprovar a proposta negociada e já aprovada na comissão especial da Câmara dos Deputados para apreciar este tema que é o seguinte: a União ficará com 19% dos royalties, os Estados e municípios não produtores continuarão a ganhar 44% dos royalties, divididos ao meio e o Fundo de Participação dos Municípios definirá a distribuição entre as cidades, e o Fundo de Participação dos Estados.

Alguns analistas, inclusive do campo da esquerda, consideram esse aspecto do novo marco regulatório como progressista, nós temos outra opinião. Primeiro que o novo marco regulatório mantém as bacias petrolíferas em nível menos profundo no sistema de concessões criado por FHC e os tucanos. Dessa forma uma área gigantesca só comparada com as maiores reservas do mundo continuarão sendo entregues para as empresas transnacionais, que foi apenas explorada em 10% do seu total. Em segundo lugar, todos sabem que o investimento na perfuração e extração deste óleo e gás, apesar de serem de qualidade superior aos de outras camadas, é muito custoso. Aí então entra a Petrobras e o governo com todo o aparato tecnológico e o conhecimento acumulado em décadas nesta área. O governo quer aumentar o estoque de ações da Petrobras no mercado financeiro para obter R\$100 bilhões.

O petróleo é um dos negócios mais lucrativos do mundo, pois o custo médio mundial de extração do barril é de US\$ 5, mas, o barril é vendido no mercado mundial por US\$ 70. O que explica esse brutal distanciamento entre custo de produção e preço do barril? Esse é um fenômeno, em maior ou menor grau, que ocorre com todas as mercadorias que passam a serem negociadas nas bolsas de valores, porque para garantir a lucratividade de toda cadeia produtiva, de circulação, para pagar todos os impostos e dar conta da voracidade dos acionistas é necessário que essa distorção ocorra.

Recentemente foi publicada uma pesquisa feita pelo FGTS Fácil informando que a “compra de ações da Petrobras com o dinheiro do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) em 2000 garantiu um rendimento de 865,76% até o início de novembro deste ano, enquanto o próprio fundo teve uma rentabilidade de 60,51% em período equivalente. Isso significa que uma pessoa que usou R\$ 1.000 do saldo do FGTS para compra das ações da estatal em 2000 estava com R\$ 9.657 no início deste mês. Já o trabalhador que manteve o dinheiro no fundo chegou a novembro de 2009 com R\$ 1.605,10 na sua conta”.¹⁴

¹⁴ Compra de ação da Petrobras com FGTS garante ganho de 865% desde 2000, 13 de novembro de 2009. Fonte: Infomoney.

Se os pequenos acionistas tiveram esses valores nominais imagine a farra dos grandes investidores..

Com a presença da Petrobrás garantida com sua infra-estrutura e equipe técnica mais uma vez o estado privilegia o capital privado, pois alocar recursos públicos para o processo de exploração para garantir a ganância especulativa do capital. Ou seja, para “bem” remunerar este capital a Petrobras e as demais empresas irão com certeza procurar aprofundar a exploração sobre os trabalhadores que atuam direta ou indiretamente na prospecção, aprofundando assim o processo de precarização e terceirização que hoje já atinge 2/3 dos trabalhadores da Petrobras.

Além do capital obtido pela empresas que participarão dos consórcios público-privados, a União irá alocar dinheiro de áreas sociais para gerar a capacidade financeira suficiente para dar conta desse processo. Assim, as empresas privadas podem investir com “tranqüilidade” pois entrarão apenas com parte minoritária do capital necessário, cabendo a Petrobras e a União todo o trabalho operacional. Esse sistema irá desta forma garantir a lucratividade para as transnacionais do setor. Haveria alternativa a essa forma de capitalização da empresa de forma independente das transnacionais? Claro que sim. Bastaria que o governo pegasse parte do valor usado para pagar a dívida pública que ultrapassa US\$ 150 bilhões anuais. É por isso que não concordamos em absoluto que nenhum aspecto do novo marco regulatório proposto por Lula vai contra o processo de privatização de FHC. Pois a Petrobras está nada mais nada menos do que cumprindo um papel na prospecção e extração que as empresas privadas não topariam assumir pelos altos custos, riscos e tempo relativamente longo de retorno financeiro. Ou seja, nada de novo, o estado mais uma vez vai intervir de forma a desbravar o terreno para criar no futuro condições totalmente favoráveis para a privatização total do setor.

Como o investimento proposto pelo governo em obtendo 30% de todas as bacias exploradas a Petrobras e o governo poderão obter altos rendimentos. Mas nem isso é garantia de que haverá como a lei propõe um valor significativo voltado para atender as necessidades fundamentais dos trabalhadores como saúde e educação de qualidade. A história, inclusive a recente com o comprovado desvio CPMF (imposto sobre as transações financeiras que seria destinado, à saúde) ou da desvinculação orçamentária (que garantiam um percentual fixo para a saúde e educação, está repleta de casos em que o governo e a classe dominante burlam ou derrubam leis que garantam investimentos nas áreas sociais. Em que leis que garantiam destinação social para a renda estatal.

Além destas questões de privatização da propriedade do subsolo, da Petrobrás e da forma de financiamento e apropriação do petróleo, onde a política de Lula para o setor não rompe com a gana neoliberal de FHC, existem outras elementos que não mudaram, tais como a forma de controle da Petrobras que evidentemente continuará sendo feita sem a participação dos trabalhadores, que leva inevitavelmente à necessidade de derrubar tanto o marco regulatório criado por FHC quanto a emenda feita por Lula.

PELA (RE)ESTATIZAÇÃO SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES

Assim coloca-se como tarefa para os trabalhadores a luta pela (re) estatização da Petrobras, garantindo o controle total sobre todas as bacias petrolíferas, suspendendo todos os leilões feitos até agora, acabando com a terceirização em todos os setores, como toda forma de precarização, atendendo as justas reivindicações dos trabalhadores, acabar como o regime de capital aberto, pois este consiste em um pressão constante por mais lucros realizados sobre a maior exploração dos trabalhadores da empresa, garantir um investimento significativo em saúde, educação, obras públicas, pesquisa em fontes alternativas ao petróleo visto que a queima dos derivados deste produto é um dos maiores responsáveis pela emissão de gases causadores do efeito estufa.

Todo esse programa cai no vazio se não incorporamos a ele a questão do controle operário da produção petrolífera. Pois a estatização da Petrobras ou de qualquer companhia por si só já se demonstrou necessária, mas, insuficiente. Mesmo quando era totalmente estatal a Petrobras e nenhuma outra estatal tinham como prioridade atender aos interesses do empresariado que atuava na área do refino e da distribuição. É verdade que com a privatização este processo se agravou ainda mais.

Entretanto, não podemos perder de vista que a estatização de qualquer empresa é apenas um passo no processo de apropriação pelos trabalhadores, pois se continua sob o comando do estado capitalista e de seus governos não se pode romper com os interesses da classe dominante que vai continuar se apropriando das riquezas geradas pela estatal, além de explorar e oprimir os trabalhadores através da mediação do estado capitalista. Assim a questão do controle operário da gestão deve ser posto como central entre as nossas reivindicações diante de mais esse passo contrário aos interesses dos trabalhadores que o governo Lula em acordo com a classe dominante está dando.

4. Tarefas políticas do próximo período

A DEMOCRACIA DOS RICOS COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Em 2010 além deste do processo contínuo de resistência teremos que enfrentar o “espetáculo da maior democracia da América Latina”. Mesmo no campo da democracia burguesa onde a classe dominante tem vantagens estruturais imensamente superiores aos trabalhadores é fundamental apresentar uma alternativa de ruptura com o capitalismo e seu atual regime político de dominação para, como recomenda a boa tradição revolucionária apresentar uma alternativa pelo vértice ao capitalismo e sua democracia de aparência.

No campo burguês, devido aos desdobramentos da crise no território brasileiros e a nova projeção econômica e política do Brasil, no cenário mundial,

a descoberta de reservas petrolíferas, o governo Lula e sua base de sustentação, apesar do candidato não-oficial da oposição burguesa (José Serra do PSDB) figurar na frente das pesquisas eleitorais, surge com mais consistência na corrida eleitoral. Na ausência de uma “candidatura natural” governista a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi definida com a candidata do governo, do PT e da base de sustentação.

Já a oposição em si é incapaz de definir não apenas um candidato oficial mas também uma plataforma oposicionista. O fato é que Lula e seu governo tem retirado sistematicamente da oposição todas as suas possíveis bandeiras, pois se esmera -devido a fatores econômicos e políticos, como a sua popularidade e ao acordo estratégico com a burocracia sindical e popular- em administrar os negócios capitalistas de forma mais “eficiente” do que os tucanos (pássaro símbolo da social-burguesia nacional) do PSDB., cabendo à oposição (Democratas - antigo PFL- e PSDB) tentar surfar algum factóide ligado a questões de ética ou gestão da política econômica.

Em relação ética mesmo no campo da democracia formal a oposição apresenta uma série de dificuldades por motivos óbvios, pois padece de todos os vícios do seu irmão siamês (PT): casos de desvios de verbas públicas para interesses partidários ou empresariais, abusos de poder econômico/político, nepotismo, etc., envolvendo a oposição burguesa são sistematicamente denunciados. Em relação à política econômica também não tem sobrado espaço para este setor na medida em que Lula e seu governo aplicam uma política econômica que não deixa nenhuma dúvida sobre a serviço de qual classe está.

AS ELEIÇÕES E OS REVOLUCIONÁRIOS

Apesar do governo e de sua base de sustentação não ter “nenhum candidato natural”, pois as inúmeras crises política do atual governo -principalmente o mensalão- acabaram por fazer com que figuras-chave do PT e do governo caíssem em desgraça junto à opinião pública, existe uma expectativa de que a disputa eleitoral em 2010 apresente um embate em que os resultados são de previsão. Do ponto de vista da história recente dos resultados eleitorais a oposição burguesa vem se apresentando de forma decadente desde 1988-2000. Nesse marco a esquerda, particularmente a revolucionária, deve utilizar as eleições do próximo como ponto de apoio para as lutas e com forma de apresentar um projeto alternativo. Assim, devemos passar agora à análise do papel da esquerda no processo eleitoral em 2010.

Cabe aqui fazer uma referência crítica de como o PSTU, notadamente por meio de Eduardo Almeida Neto, vem tratando a questão da crise política no interior do PSOL expressa em seu último congresso. A questão é que Heloisa Helena tem resistido em assumir a candidatura à presidente para 2010 além de dar declarações elogiosas sobre Marina Silva (ex-PT e atual pré-candidata do PV). No artigo citado é possível ler “Queremos fazer um chamado a todas as correntes e militantes do PSOL. A crise do congresso é expressão de um retro-

cesso evidente, que pode se agravar. Existem milhares de companheiros do PSOL com quem militamos no dia-a-dia no movimento sindical, estudantil e popular. Apesar das inúmeras diferenças que temos com o partido, tivemos uma frente eleitoral em 2006, através da candidatura de Heloísa Helena, com 6,5 milhões de votos” (ver el texto em www.pstu.org.br). Ou seja, todo o chamado político que o PSTU, tanto no artigo que estamos citando quanto no seu horário eleitoral, vem fazendo ao PSOL e às suas correntes vai ao sentido de “seduzi-los” para recompor a frente eleitoral de 2006. Nenhuma crítica aos limites programáticos, política de alianças ou mesmo sobre a contribuição financeira da Gerdau aceita por Luciana Genro na eleição de 2008 são citados.

Parece que o que importa, dentro da lógica da direção do PSTU, são os 6,5 milhões de votos que Heloisa Helena obteve em 2006. Não que a tática eleitoral não seja importante, no entanto, para os revolucionários esta deve estar a serviço da luta imediata e histórica dos trabalhadores. A crise vivida pelo PSOL deveria ser um momento para realizar um chamado à construção imediata de uma Frente de Esquerda para a luta de classes, que no seu momento oferecesse, a partir de uma sólida base programática em 2010, uma alternativa eleitoral anticapitalista às massas trabalhadoras. Na verdade, o que é decisivo para os trabalhadores é a construção de um bloco de classe não só pelas eleições, mas, fundamentalmente, para enfrentar os imensos desafios colocados na etapa aberta pela crise mundial.

O DESAFIO DA UNIFICAÇÃO CONLUTAS-INTERSINDICAL

Outro tema fundamental para o próximo período é o processo de unificação -principalmente entre Conlutas e Intersindical- que pode ser concretizado no próximo ano. A unificação entre estes dois setores é sem dúvida fundamental para que se possa alavancar uma alternativa às burocracias sindicais no Brasil. Mas sabemos que uma unificação que não supere os equívocos de direção das duas entidades não interessa aos trabalhadores.

A luta contra as demissões e outros ataques aos trabalhadores só pode ser levada a cabo com a superação de um dos principais entraves: a burocracia sindical. É evidente que exigir que a burocracia mobilize contra os ataques aos trabalhadores é parte da tática para desmascará-la, mas não se pode esquecer que parte fundamental desta tática é fazer a diferenciação política e a denúncia sistemática para as massas do papel da burocracia. Neste sentido, o processo de unificação entre Conlutas e Intersindical pode ser altamente progressivo se servir para oferecer de fato uma alternativa superior política, organizativa e praticamente superior á CUT.

As dificuldades para a unificação tem se apresentado principalmente sobre as diferenças entre Conlutas e Intersindical em relação concepção organizativa da nova central. A Intersindical defende uma nova central voltada para organizar “os que vivem do trabalho” e tem se negado a incorporar os estudantes na nova central. Já a Conlutas defende uma central operário, popular e estudantil.

Não nos parece que nenhuma das duas formulações dão conta das necessidades político/organizativas atuais e históricas dos trabalhadores.

A formulação de “central dos que vivem do trabalho” é uma formulação que peca pela sua generalidade. É fato que o movimento operário deve incorporar o conjunto da classe trabalhadora, tanto os desempregados quanto os empregados, todos os tipos de contrato de trabalho, os trabalhadores contratados pela CLT e os por contrato temporário.

Mas esta formulação, apesar de resgatar a questão do trabalho como central contra os que defendem a tese de o trabalho perde centralidade social, não leva em consideração o papel central que tem os trabalhadores produtivos e assalariados na constituição da sociedade. A formulação da direção da Conlutas apesar de ser mais progressiva ao incorporar o conjunto dos setores oprimidos em uma única organização sindical também não dá a devida atenção ao papel dos trabalhadores produtivos assalariados na luta de resistência e de superação do capitalismo.

A querela entre Conlutas e Intersindical passa também pela questão da incorporação dos estudantes na nova entidade nacional. Precisamos ter claro que a luta contra o capitalismo deve ser feita com um programa que mobilize o conjunto dos explorados, mas não podemos perder de vista qual é o centro de gravidade social-político-organizativo deste movimento. Assim, todo o programa deve ter como centro a luta contra exploração capitalista e a opressão sobre trabalhadores, mulheres, negros, jovens, homossexuais etc.. Trata-se, sem perder as especificidades de cada setor, de fazer sempre a mediação entre classe-etnia, classe-sexo, classe-juventude, classe-orientação sexual.

A classe trabalhadora assalariada pelo seu papel e sua forma centralizada de organização é aquela identificada pelo socialismo científico como, por razões objetivas, a única que pode, ao se por em movimento colocar em cheque a sociedade capitalista e ao tomar o poder político com o apoio dos demais setores, levar a cabo a superação do capitalismo. A história política do século XX é farta em exemplos dos entraves provocados pela ausência da classe trabalhadora como protagonista no processo revolucionário.

A partir daí cabe propor uma entidade que dê conta das especificidades de cada setor sem perder de vista a hierarquia concreta entre os setores sociais envolvidos. É preciso pensar uma estrutura que garanta a todos setores construir suas demandas e campanhas sem se perder de vista qual setor deve hegemonizar política e organizativamente a nova central.

Além destas questões de concepção os setores envolvidos não realizaram ainda uma análise séria sobre problemas fundamentais de orientação e política que tem se demonstrado no último período, sintetizado em problemas que supere estruturação e o economicismo criticados no decorrer deste texto. Por essa razão o balanço apresentado, até agora, sobre o processo de unificação é bastante preocupante, não por compreender que a unificação não seja fundamental, mas, porque não há neste processo de unificação nenhuma preocupação em superar a prática economicista e superestrutural, fortemente marcada

pelos setores em unificação (Conlutas e Intersindical) não é discutido e muito menos reconhecido pelas principais correntes envolvidas.

A NECESIDADE DA UNIFICAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS

A cada etapa fica mais claro que a dispersão entre os lutadores revolucionários cria extremas dificuldades para a construção de um pólo político alternativo às falsas alternativas para os trabalhadores que partidos como o PT e agora o PSOL, representam.

A crise econômica mundial e o seu desdobramento no Brasil tornaram esta realidade ainda mais crítica. Demonstra com mais clareza que as correntes revolucionárias dispersas não constituem um centro de atração para as novas gerações de lutadores que surgem no enfrentamento com o governo e com os patrões. Desta forma, a resposta (ultra) parcial que mesmo as maiores correntes, como o PSTU, apresentam diante dos ataques aos trabalhadores torna a necessidade de uma autêntica síntese revolucionária. Um processo de unificação possibilitaria não apenas a soma aritmética das correntes existentes, pois este novo pólo certamente animará para a militância revolucionária milhares de lutadores.

Este é também um momento oportuno para iniciar os debates em torno da construção de um partido revolucionário com a unificação de todas as correntes que realmente estão no campo da revolução a partir da discussão programática, metodológica e prática. O PSTU pelo seu sectarismo e as poucas correntes da esquerda revolucionária¹⁵ do PSOL pelas suas tremendas ilusões eleitoras estão adiando este projeto decisivo. É tempo de estas correntes fazerem um balanço sobre a malfadada ideologia de que é possível construir um partido único entre reformistas e revolucionários. A história já demonstrou que não, pois se tratam de correntes antagonicas pelo projeto, programa e método.

Temos que ter clareza que a etapa em que vivemos só poderá ser cumprida com a mais ampla unidade pela base, enfrentando as direções burocráticas, corrigindo desvios; construindo e apresentando aos trabalhadores um programa político que responda às necessidades imediatas e apontem para a ruptura do sistema gerador de todas as mazelas do capitalismo. Fica mais evidente que a dispersão entre os lutadores revolucionários cria extremas dificuldades para a construção de um pólo político alternativo às falsas alternativas para os trabalhadores que partidos como o PT e, agora, o PSOL representam.

A crise econômica mundial e o seu desdobramento no Brasil tornaram esta realidade mais crítica. Demonstra com mais clareza ainda que as correntes revolucionárias dispersas não constituem um centro de atração para as novas

¹⁵ Es hora de estas correntes fazer um balanço sobre a malfadada ideologia de que é possível construir um partido único entre reformistas e revolucionários. A história já demonstrou que não, pois se tratam de correntes antagonicas pelo projeto, programa e método.

gerações de lutadores que surgem no enfrentamento com o governo e com os patrões. A resposta parcial que mesmo as maiores correntes, como o PSTU, estão dando diante dos ataques aos trabalhadores torna a necessidade de uma autêntica síntese revolucionária ainda mais urgente.

Por que apesar de tantas e tão profundas diferenças apresentadas insistimos na proposta de construir um processo de unificação com o PSTU e as demais correntes revolucionárias instaladas no PSOL? A resposta para essa pergunta se dá em duas esferas. Primeiro a realidade histórica tem demonstrado seguidamente que a ausência de partidos operário-revolucionários implicou em dificuldades quase insuperáveis para os trabalhadores construírem programas radicais de ruptura com a ordem. É que existe uma dialética insuperável entre a classe operária, organismos de poder autônomos e partidos revolucionários, no sentido de que estes três elementos constituem uma totalidade imprescindível para a “mecânica da revolução”. Então a luta autêntica por unificar os revolucionários deve ser uma preocupação constante na superação dos desafios históricos e conjunturais que se apresentam.

Outro aspecto decisivo é que as correntes que se apresentam na realidade brasileira, e por que não dizer internacional, apesar do algum acúmulo político e organizativo estão longe de se bastarem, devido ao conjunto de problemas apresentados acima no que toca a dificuldades objetivas e subjetivas, de pleitearem a hegemonia isoladamente a hegemonia política junto a vanguarda e ao movimento de massas.

A construção de um forte partido revolucionário que polarize o melhor da vanguarda lutadora no Brasil é além do mais uma das condições para que as lutas dos trabalhadores tenham melhores possibilidades de êxito. Não se trata de um raciocínio mecânico do tipo partido “partido revolucionário = êxito dos trabalhadores na luta de classes”. Nada disso. Mas a clareza histórica de que a consciência e a organização socialista revolucionária se desenvolve na medida em que os partidos revolucionários se constroem na relação dialética com as lutas e o movimento dos trabalhadores. Ou seja, o movimento dos trabalhadores só pode ganhar consciência na ação e no diálogo político com os partidos. A descoberta teórica do marxismo que é formulada com clareza por Lenin em *O que Fazer?* de que no interior do universo econômico, devido a alienação que estão submetidos, os trabalhadores não podem tomar consciência política revolucionária e nem se organizarem de forma a superar totalmente as demandas reformistas. Daí a necessidade imperiosa do partido revolucionário.

Revoluções podem ocorrer sem partidos marxistas revolucionários, mas revoluções socialistas não. Essa é uma verdade historicamente comprovada. Além do mais as duras críticas que fazemos não significam que as organizações citadas, como um todo, estão perdidas. Os desvios apresentados pelas direções do PSTU ou das correntes revolucionárias do PSOL, só para citar alguns exemplos, diante da mobilização dos trabalhadores, da reflexão crítica de suas bases e da ruptura anti-burocrática de um setor da direção destes partidos pode permitir a confluência revolucionária, é claro que não estamos considerando os

sectários e os oportunistas incorrigíveis, de muitas correntes e indivíduos que se encontram hoje dispersos.

Faz-se necessário formalizar a proposta de construir um processo de unificação que, certamente, terá algumas etapas, abrangendo todas correntes revolucionárias e iniciar a discussão sobre a necessidade inadiável de construir um partido revolucionário com direito de tendência. Deixamos claro que devido às considerações que fizemos acima não é possível propor a construção de um partido revolucionário hoje que não possibilite um regime que permita a existência de tendências internas, como fazem, por exemplo, os companheiros da LER-QI (Fração Trotskyista). Propor hoje um partido revolucionário único entre as frações existentes sem que já na proposta não esteja contido a questão das tendências não passa de marketing político para uso interno, mas que não responde as condições objetivas contidas na realidade.

Por fim, retomamos o chamado que vimos fazendo no sentido de discutir a necessidade imperiosa de discutir amplamente a construção de um partido revolucionário com a unificação de todas as correntes revolucionarias a partir da discussão programática, metodológica e prática. O PSTU pelo seu sectarismo e as correntes de esquerda do PSOL pelas suas “ilusões eleitoras” estão adiando este projeto decisivo.